

PRÁTICA DOCENTE INCLUSIVA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Valdênia Rodrigues Fernandes Eleotério

valdeniaeleoterioufms@gmail.com

Acadêmica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Adriana da Silva Ramos de Oliveira

adriana.r.oliveira@ufms.br

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

José Geraldo Eleotério

minasg@oi.com

Acadêmico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Resumo

O artigo tem como tema a prática docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE). O objetivo foi compreender os desafios dos professores que tem em sala de aula um aluno com paralisia cerebral quadriplégica espástica. É um estudo de caso, de natureza qualitativa, com metodologia de uma pesquisa bibliográfica e de campo. Os resultados demonstram as dificuldades que os docentes enfrentam cotidianamente no AEE. Concluímos conscientes que a temática precisa de debates, para que os educadores possam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, colaborando para extinguir o preconceito em relação a pessoas com deficiência que foi construído ao longo dos séculos.

Palavras-chaves: Atendimento Educacional Especializado. Educação inclusiva. Prática Docente.

Introdução

A trajetória das pessoas com deficiência desde os primórdios até a contemporaneidade, é marcada por quatro fases históricas: a exclusão, a segregação, a integração e a inclusão. O caminho percorrido até que os direitos fossem reconhecidos, inclusive em leis foi marcado por séculos de preconceito. A Constituição Federal Brasileira (1988), é sem dúvida o primeiro passo para refletirmos sobre o termo inclusão, entretanto neste momento, estamos utilizando o marco histórico em termos educacionais, que é a Declaração de Salamanca (1990), que norteia os princípios, políticas e práticas relacionadas as necessidades educativas especiais.

A leitura minuciosa do documento e a prática de uma docente em uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAÉ), permitiu-nos alguns questionamentos e baseados em

algumas análises surgiram interrogações que culminaram na construção do presente artigo que foram: quais os desafios enfrentados por professores de alunos com paralisia cerebral quadriplégica espástica? como ensinar esses alunos de modo que o aprendizado tenha significado? quais metodologias são utilizadas para que os alunos se sintam incluídos não só no espaço físico mas, também no processo de ensino/aprendizado? qual a relevância das tecnologias digitais no AEE? Com os resultados da publicação do artigo buscamos contribuir significativamente com a comunidade escolar e acadêmica no que tange o AEE.

Métodos

A pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso como modalidade de pesquisa. Para desenvolvermos optamos pela seguinte organização metodológica que teve como etapas a) pesquisa bibliográfica; b) pesquisa de campo; c) análise do material coletado. Os sujeitos convidados para participar da pesquisa assinaram um termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Durante a pesquisa de campo realizamos entrevistas com um(a) professor(a) que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e com os pais de um aluno. Os resultados apresentados no tópico a seguir, são frutos da pesquisa de campo, que realizamos no 1º semestre de 2018.

Educação inclusiva

Está exposto no Art. 208, da Constituição Federal Brasileira que “III - o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 123-124). Porém, antes desse direito ser assegurado por lei percebemos analisando várias pesquisas científicas que os indivíduos que apresentavam algum tipo de deficiência viveram um longo, excludente e doloroso processo de marginalização conforme pode ser observado na literatura.

(...) desde os primórdios da humanidade pessoas nasceram ou adquiriram alguma deficiência ou limitação que as impediram de realizar suas atividades diárias de forma autônoma. De maneira perversa, essas pessoas foram alijadas da sociedade e tratadas como estorvo ou “coitadinhas”. (NEGREIROS, 2014, p. 13).

Quando fizemos uma pesquisa bibliográfica em obras desde a história antiga, temos relatos que na Grécia e em Roma as famílias onde nasciam crianças com algum prejuízo motor ou cognitivo podiam sacrificá-las ou abandoná-las. Já em Esparta, pelas leis vigentes, os pais eram obrigados a levarem o filho recém-nascido a um conselho de anciões que o analisavam e decidiam de acordo com os padrões de normalidade da época entre a vida ou o sacrifício (SILVA, 2009).

Depois veio o período assistencialista onde o sacrifício e o abandono foi proibido, nessa fase histórica o cristianismo prevalecia, o homem é tido como criação divina, com base religiosa a igreja combatia a morte de recém-nascidos que apresentassem algum tipo de deficiência (SILVA, 2009). Já na idade média “as ideias que envolviam as pessoas com deficiência eram impregnadas por concepções místicas, mágicas e misteriosas, de baixo padrão” (MARANHÃO, 2005, p. 25). A deficiência era vista como um castigo divino.

Posteriormente, a idade moderna foi marcada pelo desenvolvimento econômico e os avanços científicos, fatores importantes que contribuíram para alavancar o comércio. A compreensão da pessoa nascida com algum tipo de deficiência ser atribuída a castigos dados por Deus começa a ser desmistificada. “Surgiram, nesse contexto, hospitais e abrigos destinados a atender enfermos pobres. Os deficientes, aquele grupo especial que fazia parte dos marginalizados, começaram a receber atenção mais humanizada” (MARANHÃO, 2005, p. 26). O que percebemos no decorrer da pesquisa bibliográfica é que nos mais diferentes períodos históricos a deficiência era vista praticamente de forma negativa. O Brasil não ficou fora deste contexto social, à trajetória da pessoa com deficiência também foi marcada pela marginalização (SILVA, 1987). Pesquisas educacionais revelam que o país passou por um longo período de estagnação e assistencialismo, um dado relevante é do ano de 1954, onde no Estado do Rio de Janeiro, foi criada a primeira Associação de Pais e Amigos de Alunos excepcionais (APAE), por um casal norte americano; Beatrice Bemis e George Bemis (MENDES, 2010). Com isso, algumas diretrizes são definidas, onde

a partir de 1958 o Ministério de Educação começou a prestar assistência técnica-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas, lançando as campanhas nacionais para a educação de pessoas com deficiências: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 1957; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais (CNERDV), em 1958; Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental (Cademe), em 1960. (MENDES, 2010, p. 99).

Diante do exposto observamos que o debate sobre a educação especial começa a ser fortalecido, o governo federal percebe que não dá mais para atender esse público-alvosamente

com caráter assistencialista, que eles também têm direito ao aprendizado, porém esse debate ainda era novo, não se tinha embasamento para desenvolver políticas públicas, nem diretrizes educacionais que contemplassem de fato esses indivíduos.

De acordo com Mendes (2010), houve o lançamento de várias campanhas; para surdos, cegos e deficientes mentais, acontecendo de forma isolada em anos diferentes, como se somente nesse período as pessoas precisassem ter acesso à educação. Somente com a promulgação da Lei nº 7.853/89, pelo Presidente da República José Sarney, que os direitos das pessoas com deficiência em relação à educação começaram a ser assegurados conforme exposto a seguir:

I - Na área da educação:

a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência; o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino. (BRASIL, 1989, ART. 2, INCISO I, LEI 7.853/89).

Depois de quase vinte anos de lutas, conquistas relevantes foram alcançadas como a promulgação de leis inclusivas, conseqüentemente a educação começa a fazer parte do cotidiano das pessoas com deficiência. Entretanto, foi necessário o envolvimento de quase toda a sociedade para garantir o direito à igualdade de oportunidade a todas as pessoas, independente da sua condição cognitiva ou motora, estando ou não, dentro dos padrões sociais de normalidade. Conforme a Declaração de Salamanca (1994), a:

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 4).

Segundo dados do IBGE de 2010, o Brasil possui cerca de 45.606.048 pessoas com deficiência, esse total equivalente a 23,9% da população do nosso país. Desses entrevistados 18,60% se autodeclararam deficientes visuais, 7% com deficiência motora, 5,10% com

deficiência auditiva e 1,40% com deficiência mental. Quando um desses 45.606.048 de brasileiros inseridos no ensino regular de ensino apresentam dificuldades de acompanhar o processo de ensino/aprendizado é solicitado uma triagem pedagógica e um laudo médico feito por profissionais especializados, após a conclusão a família do aluno opta pelo acompanhamento de um professor de apoio em sala de aula ou o AEE, realizado pelas mais de 2 mil APAEs espalhadas pelo território nacional. Esse atendimento é realizado no período matutino e vespertino sempre no contra turno escolar e tem como objetivo a formação global dos alunos, de modo que contribua não só com o processo inclusivo de ensino/aprendizado, mas para a permanência no contexto escolar.

Resultados e discussões

A paralisia cerebral (PC) é um distúrbio da postura e do movimento, resultante de encefalopatia não-progressiva nos períodos pré, peri ou pós-natal, com localização única ou múltipla no cérebro imaturo. Essa lesão cerebral pode resultar em comprometimento neuromotores variados que, geralmente, estão associados à gravidade da seqüela e à idade da criança. (MANCINI et. al, 2004, p. 254).

Ainda segundo as autoras, a pessoa que tem Paralisia Cerebral (PC), apresenta um distúrbio congênito que prejudica os movimentos do corpo, pelo enrijecimento do tônus muscular comprometendo a postura, também apresentam reflexos exagerados, movimentos involuntários, convulsões e dificuldades para se alimentar dentre outros sintomas. O acompanhamento médico mensal, seções de fisioterapia, uma alimentação balanceada e cuidados básicos com a higienização do corpo e dos objetos utilizados pela pessoa contribuem para uma vida saudável. Temos que compreender que paralisia cerebral não tem cura porque não é uma doença, é uma condição especial, (MANCINI et. al, 2004,).

Não vamos nos aprofundar nos dados científicos médicos sobre a pessoa com PC, uma vez que o nosso foco é a questão educacional, essa breve explicação é para situar o leitor quanto às dificuldades motoras que os alunos com PC possuem para desenvolver qualquer atividade, seja ela pedagógica ou não.

Maurício, é nome fictício que utilizamos para identificar um rapaz de 20 anos, que é atendido no AEE em uma APAE, no Estado de Mato Grosso do Sul. É cadeirante, de acordo com laudos médicos apresentados pela família, tem Paralisia Cerebral Quadriplégica Espástica, conforme a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, conhecida como CIF, da Organização Mundial da Saúde (2004). Apresenta rigidez nos membros inferiores

e rigidez e espasmos nos membros superiores, pelo aumento do tônus muscular tem a coordenação motora fina e grossa totalmente comprometida. Não fala, comunica-se com gestos de sim ou não, através de movimentos da cabeça e códigos desenvolvidos pelos pais. Frequenta o AEE com os membros inferiores presos (opção do próprio aluno, decisão respeitada pelos pais), a um cinto de segurança adaptado a cadeira, por ter o cognitivo preservado, entende que seus movimentos involuntários podem machucar as outras pessoas.

A professora de Maurício é apresentada aqui como Fernanda (nome fictício). Perguntamos a docente, qual foi o seu maior desafio em sala de aula considerando as limitações da paralisia cerebral?

Quando a coordenação pedagógica me comunicou que receberia um novo aluno e que ele era PC, confesso que quase não dormi a noite, não foi por medo, fiquei horas lendo sobre o assunto, buscando atividades que o contemplasse, me programei para recebe-lo, mas confesso que não foi o bastante, nunca é. (ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA NO DIA 10/04/2018).

A professora relata ainda, que acreditava que iria receber um aluno completamente comprometido no campo cognitivo e motor e desconstruiu essa expectativa quando conheceu o aluno. Percebeu que Mauricio tem a percepção visual aguçada, estava atento a tudo que acontecia na sala de aula, era participativo, estava sempre rindo, sabia ler e possuía uma capacidade de raciocínio lógico impressionante, (ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA NO DIA 10/04/2018).

A professora ressalta que o aluno não se comunica oralmente, mas desenvolve atividades, ela trabalha para que ele se sinta incluído não só no espaço físico, mas, também no processo de ensino/aprendizado. Fernanda relatou que

Maurício só frequenta o AEE uma vez por semana, frequentou o ensino regular até o 8º ano (2017), era muito ligado a(o) professor(a) de apoio e se sentiu inseguro quando o educador foi demitido por não possuir formação em Educação Especial, nem ser formado em Pedagogia. Ela diz que precisava acolher esse aluno afetivamente e desenvolver atividades que ele também pudesse fazer. Para isso, recorreu a vídeos, músicas, rodas de conversa em grupo sobre diversos temas, tendo sempre o cuidado de contemplar o aluno, mas também não desfavorecer o restante do grupo. Mesmo acreditando que as metodologias ativas utilizadas tinham resultados positivos, faltava algo mais, não queria que o aluno participasse somente com gestos revelando se aprenderá ou não queria ver Maurício fazer algo. (ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA NO DIA 10/04/2018).

Fernanda conta, que confeccionava placas com frases, nomes, títulos de textos, usava *emotions* para saber o estado de humor do aluno, mostrava os materiais como lápis, pinceis e deixa sempre ele escolher o que gostaria de usar. Utiliza ainda o alfabeto móvel para formar as

palavras e deixa sempre o notebook no seu campo visual facilitando a comunicação. A instituição em que Mauricio frequenta, não possui recursos financeiros para adquirir computadores que tenham teclados sensíveis com sintetizador de voz, esse aparato tecnológico é totalmente fora da realidade da instituição, (ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA NO DIA 10/04/2018).

Concordamos que a prática do professor(a) é um eterno fazer acontecer, para que todos sejam incluídos a Fernanda desenvolve adaptadores para o uso do tablet e outros recursos tecnológicos. A esse respeito Moran (2015), escreve que:

desafios e atividades podem ser dosados, planejados, acompanhados e avaliados com apoio de tecnologias. Os desafios bem planejados contribuem para mobilizar as competências desejadas, intelectuais, emocionais, pessoais e comunicacionais. Exigem pesquisar, avaliar situações, pontos de vista diferentes, fazer escolhas, assumir alguns riscos, aprender pela descoberta, caminhar do simples para o complexo. (MORAN, 2015, p. 18).

É dessa forma que a educadora tem trabalhado com Mauricio, ela concorda que as tecnologias digitais devem ser utilizadas em qualquer contexto educacional, mesmo que para isso, ela tenha que construir quase que todos os materiais para favorecer o desenvolvimento do aluno. Fernanda afirma que utiliza diariamente a internet para pesquisar atividades em portais e sites como MEC, Banco Educacional de Objetos Digitais, recorre ainda a plataforma digital YouTube para ver os tutoriais de como construir materiais de acordo com as necessidades e a realidade de sua sala de aula.

Esses saberes da experiência que se caracterizam por serem originados na prática cotidiana da profissão, sendo validados pela mesma, podem refletir tanto a dimensão da razão instrumental que implica num saber fazer ou saber agir tais como habilidades e técnicas que orientam a postura do sujeito, como a dimensão da razão interativa que permite supor, julgar, decidir, modificar e adaptar de acordo com os condicionamentos de situações complexas. (THERRIEN, 1995, p. 3).

Adaptação de currículos, atividades e materiais faz parte do dia-a-dia de qualquer professor da Educação Especial, a atual situação política do Brasil faz com que o direito a saúde, a moradia e a educação não sejam efetivados, ainda que estejam assegurados por lei. Se permitam imaginar o cotidiano de um professor(a) dessa área, que atende crianças com deficiências, em uma instituição que não tem recurso financeiro, para compra de materiais pedagógicos condizentes com todas as necessidades dos alunos.

A educadora nos fala que já desenvolveu um suporte de EVA, preso a um elástico grosso, para poder firmar a mão de um de seus alunos ao mouse, dando-lhe autonomia para utilizar sozinho o computador. Nesse sentido, os

saberes da experiência prática não são saberes como os demais, eles são, ao contrário, formados por todos os demais, porém retraduzidos, “polidos” e submetidos às certezas construídas na prática e no vivido, (TARDIF, 1991, p. 234).

Em uma ocasião, que aconteceu no mês de maio do corrente ano, Fernanda nos diz que a aula transcorria normalmente. A educadora relata que além de Maurício, tem mais sete alunos com deficiência intelectual, dentre esses, três tem comprometimentos físicos, dificultando a execução de atividades que necessitem da coordenação motora fina e grossa. A pintura é uma atividade que auxilia esse processo, pensou..., mas se eu fosse desenvolver alguma atividade de pintura, e o Maurício faria o que? considerando a sua PC e o comprometimento decorrente dela.

Fernanda conta que lavou um pincel de pintura para tecido com álcool, se aproximou de seu aluno e perguntou se ele queria pintar, recebeu um sinal afirmativo e uma sonora gargalhada como resposta, acompanhada de uma expressão de incredulidade de Maurício e do restante da turma. Ela diz que não se intimidou, pois na noite anterior pesquisou como poderia incluir o aluno naquela atividade. Contou a Maurício sobre uma reportagem que havia lido no Google, sobre Tom Yendell, um artista plástico de renome mundial que pinta com a boca e os pés, em seguida demonstrou na prática como ele teria que fazer. (ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA NO DIA 10/04/2018).

Prendi o papel sulfite que estava à gravura em uma prancheta comum de documentos e posicionei o desenho próximo ao seu rosto, coloquei o pincel com tinta entre seus dentes e o encorajei a tentar. A cada pincelada que ele conseguia executar era motivado a prosseguir. Ao finalizar a atividade toda a turma tinha parado de trabalhar e olhavam atentamente para Maurício ele se debatia na cadeira de rodas numa explosão de felicidade. (ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA NO DIA 10/04/2018).

Segundo Fonseca (1995), a aprendizagem pode ser encarada como um processo dinâmico, no qual o aluno joga em um papel ativo, em constante interação, com envolvimento com o grupo no qual está inserido. Assim, a partir da entrevista realizada com a professora Fernanda e os seus relatos de experiências profissionais, do nosso conhecimento da literatura científica, decidimos entrevistar os pais de Maurício, ouvi-los, uma vez que, para que haja o desenvolvimento global do aluno, se faz necessário um envolvimento entre a família e escola. Toda a ação da aula de pintura ministrada pela professora Fernanda fora filmada e disponibilizada para a família. Durante a entrevista, perguntamos para a mãe sobre o vídeo e ela respondeu:

Meu filho tem 20 anos, desde muito pequeno procuro inseri-lo nos mais diferentes ambientes e contextos, levo ele a escola, a igreja ou em qualquer outro lugar. Com relação à escola são anos de inclusão no espaço físico onde sempre alguém executava as atividades por ele, foi à primeira vez em 20 anos que recebo uma atividade que meu filho realmente fez, é uma sensação de alegria e liberdade. (ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA NO DIA 10/04/2018).

O relato da mãe, acrescido do relato da professora, nos mostram as realidades cheia de desafios e possibilidades, tanto para a família, quanto para a escola, para a inclusão deste aluno com PC em atividades educativas. Acreditamos que para o aluno Maurício o conhecimento de mundo é tão relevante quanto o conhecimento científico. São as problemáticas surgidas no cotidiano escolar em que ele está inserido que nos instigam pesquisar soluções efetivas que irão contribuir com o seu desenvolvimento global.

Considerações finais

Concluimos afirmando, que os desafios enfrentados cotidianamente pelos docentes que atuam na educação especial (como falta de tecnologias assistivas, materiais pedagógicos e recursos financeiros), são dificultadores sim, mas não são empecilhos quando esse profissional encara suas atividades pedagógicas com criatividade. A partir das entrevistas ficou evidente que é necessário que o professor(a), ao receber um aluno com deficiência possa estudar sobre seu caso, para poder compreender as dificuldades que o cerca, esse embasamento servirá como ponto de partida na busca de práticas pedagógicas que o atenda. Ainda acrescentamos que é relevante que as atividades escolhidas sejam adaptadas de acordo com a realidade do aluno e que as metodologias ativas e as tecnologias digitais podem ser também um caminho para alcançar resultados positivos.

Por fim, acreditamos que as instituições de ensino especializadas ou não necessitam de práticas docentes inclusivas planejadas, adaptadas, centradas no desenvolvimento do aluno, que contribuam para a realidade vivida por eles dentro e fora dos muros institucionais, que a Pedagogia Libertadora que Paulo Freire nos dizia, lhes proporcionem autonomia, que seja humanitária, afetiva, coerente, objetiva, interdisciplinar capaz de romper as barreiras criadas pela sociedade ao longo dos anos.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 out. 1988.

FONSECA, Vitor da. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1999.

MARANHÃO, Rosanne de Oliveira. **O portador de deficiência e o direito do trabalho**, São Paulo: LTr, 2005

MANCINI, Marisa Cotta et. al. Gravidade da paralisia cerebral e desempenho funcional. **Revista Brasileira de Fisioterapia** Vol. 8, nº. 3, (2004), p. 253-260.

MENDES, Eniceia Gonçalves. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, maio-agosto, 20

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural: porque, como, onde e para quem?** 2014. 50f. monografia em (Acessibilidade Cultural) - Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013

SILVA, Otto Marques. **“A epopeia ignorada”, “uma questão de competência”, “a integração das pessoas com deficiência no trabalho”**. São Paulo: Cedas, 1987

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**. Rio de Janeiro: PUC, 1999.

THERRIEN, Jacques. Uma Abordagem para o Estudo do Saber de Experiência das Práticas Educativas. In: XVIII Reunião Anual da ANPED, 1995, Caxambu-MS. **Anais da XVIII Reunião Anual da ANPED**, 1995. v. 1. p. 1-10.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Ministério da Educação e Ciência de Espanha. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**, 1994.